

**Quadro do pessoal das delegações do Secretariado Nacional da Emigração no estrangeiro,  
a que se refere o artigo 1.º do Decreto n.º 55/74, de 16 de Fevereiro**

Designação	Categorias (Decreto-Lei n.º 49 410, de 24 de Novembro de 1969)	Unidades nas delegações				Total de unidades
		(a)	(b)	(c)	(d)	
Chefe de delegação .....	H	1	—	—	5	6
Tradutor-correspondente .....	J	1	—	—	—	1
Técnico de serviço social de 1.ª classe .....	J	1	—	—	—	1
Técnico de serviço social de 2.ª classe .....	K	5	2	—	5	12
Auxiliar do serviço social de 1.ª classe .....	N	3	2	1	—	6
Educadora de infância de 1.ª classe .....	N	—	—	1	—	1
Coordenador do serviço informativo .....	J	1	—	—	—	1
Adjunto do serviço informativo .....	L	2	—	—	—	2
Secretário administrativo .....	N	1	—	—	—	1
Escriturário-dactilógrafo de 1.ª classe .....	S	4	2	—	5	11
Porteiro de 1.ª classe .....	V	1	—	—	—	1

(a) Delegação de Paris, incluindo o posto de acolhimento de Austerlitz.

(b) Delegação de Marselha e Lião — uma unidade por cada delegação.

(c) Delegação de Luxemburgo.

(d) Delegações de Hamburgo, Dusseldórfia, Estugarda, Francoforte e Toronto — uma unidade por cada delegação.

*Manuel Artur Cotta Agostinho Dias — Rui Manuel de Medeiros d'Espiney Patrício — Joaquim Dias da Silva Pinto.*

**DEFESA NACIONAL**

**Gabinete do Ministro**

**Portaria n.º 118/74**

de 16 de Fevereiro

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Defesa Nacional, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 448/72, de 13 de Novembro, aprovar e pôr em vigor para o ano de 1974, com os valores seguidamente indicados, o orçamento das forças terrestres ultramarinas de Moçambique:

**Receita ordinária**

Transferências — Sector público:

Contribuição do Estado de Moçambique:

Do orçamento geral do Estado, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 448/72, de 13 de Novembro .....	164 432 751\$00
Dos serviços autónomos, organismos de coordenação económica, fundos ou serviços especiais, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 45 605, de 9 de Março de 1964	339 817 249\$00
Da receita do selo de defesa .....	199 250 000\$00
Dos serviços autónomos integrados no património da metrópole, nos termos do artigo único do Decreto-Lei n.º 45 452, de 18 de Dezembro de 1963 .....	50 000 000\$00

Transferências — Exterior:

Contribuição da metrópole:

Do Orçamento Geral do Estado:	
Forças militares extraordinárias no ultramar .....	891 400 000\$00
De crédito especial a abrir no decurso do ano .....	891 400 000\$00

Receitas consignadas ao Fundo de Defesa Militar do Ultramar:

Contribuição do Estado de Moçambique:

Do Orçamento Geral do Estado ...	93 130 000\$00
	<u>2 629 430 000\$00</u>

**Despesa ordinária**

Total da despesa (a) ..... 2 629 430 000\$00

(a) Inclui 90 130 000\$ de despesa consignada ao Fundo de Defesa Militar do Ultramar.

Presidência do Conselho, 7 de Fevereiro de 1974. — O Ministro da Defesa Nacional, *Joaquim Moreira da Silva Cunha*.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* do Estado de Moçambique. — *B. Rebelo de Sousa*.

**MINISTÉRIO DO INTERIOR**

Direcção-Geral de Administração Local

**Decreto-Lei n.º 56/74**

de 16 de Fevereiro

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte: -

Artigo 1.º — 1. Os funcionários do Estado, civis ou militares, em qualquer situação, que exerçam, em comissão de serviço, funções nos quadros das autarquias locais poderão optar pelos vencimentos correspondentes ao cargo em que se encontrem providos ou por aqueles a que teriam direito segundo a sua

categoria no quadro de origem, se neste se mantiverem ao serviço, competindo sempre à autarquia local o respectivo pagamento.

2. A opção a que se refere o número anterior poderá ser feita em qualquer momento, mas só produzirá efeito, salvo quando tenha lugar no acto de posse, no mês seguinte àquele em que se verifique.

3. (Transitório.) Relativamente aos funcionários que, à data da publicação deste diploma, se encontrarem na situação prevista no n.º 1, a opção que vier a ser feita até final de Fevereiro poderá produzir efeito a partir de 1 de Janeiro de 1974.

Art. 2.º Aos comissários, chefes, subchefes-ajudantes, subchefes e guardas da Polícia de Segurança Pública destacados na polícia municipal podem ser atribuídas gratificações mensais de quantitativos a fixar pelo Ministro do Interior, sob proposta dos presidentes das câmaras municipais.

Art. 3.º — 1. Os cargos de pagador, proposto de pagador, proposto de tesoureiro, auxiliar de proposto de tesoureiro e proposto de pagador para a ilha de Santa Maria, dos quadros aprovados pelo Decreto-Lei n.º 421/73, de 22 de Agosto, passam a ser designados, respectivamente, pagador-recebedor, ajudante de pagador-recebedor, proposto de tesoureiro, auxiliar de tesouraria e auxiliar de pagador-recebedor da ilha de Santa Maria, correspondendo-lhes, também respectivamente, os ordenados das categorias L, P, P, S e U do artigo 2.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 49 410, de 24 de Novembro de 1969.

2. O provimento dos cargos a que se refere a segunda parte do número anterior e o artigo seguinte far-se-á nos termos actualmente em vigor para os cargos discriminados na primeira parte do mesmo número.

Art. 4.º Os actuais propostos de pagador em Velas, Calheta e Santa Cruz da Graciosa passam a designar-se auxiliares de pagador-recebedor e os quantitativos das suas gratificações são fixados pela Junta Geral, ficando a respectiva deliberação sujeita a aprovação pelo Ministro do Interior.

Art. 5.º — 1. Os cargos de pagadores de 1.ª e de 2.ª classes das Câmaras Municipais de Lisboa e do Porto passam a designar-se pagadores-recebedores de 1.ª e de 2.ª classes, correspondendo aos primeiros o ordenado da letra L e aos segundos o da letra O do mencionado artigo 2.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 49 410.

2. Consideram-se referidas aos novos lugares de pagador-recebedor as disposições do Decreto-Lei n.º 45 248, de 16 de Setembro de 1963, respeitantes aos lugares de pagador.

Art. 6.º O artigo 534.º do Código Administrativo passa a ter a seguinte redacção:

Art. 534.º Os tesoureiros dos corpos administrativos, além do ordenado, perceberão abono mensal para falhas, a fixar pelo corpo administrativo, mas que não poderá exceder o que estiver estabelecido para os tesoureiros da Fazenda Pública de concelhos da mesma ordem.

§ único. ....

Art. 7.º Os abonos para falhas a que se refere o artigo 36.º do referido Decreto-Lei n.º 45 248 são acrescidos de 50 %.

Art. 8.º O artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 44 830, de 31 de Dezembro de 1962, passa a ter a seguinte redacção:

Art. 2.º .....

§ único. Os oficiais de diligências têm direito a passe em viaturas de transportes colectivos, a conceder pelas câmaras municipais.

Art. 9.º — 1. Considera-se regulada por legislação especial, para efeito do disposto no § 1.º do artigo 711.º do Código Administrativo, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 45 676, de 24 de Abril de 1964, a tributação das carnes em impostos indirectos municipais, devendo considerar-se prejudicada a referência a carnes verdes, salgadas e fumadas feita no § 2.º do artigo 715.º

2. Esta disposição tem carácter interpretativo.

Art. 10.º Fica revogado o § único do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 42 536, de 28 de Setembro de 1959.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. — *Marcello Caetano — César Henrique Moreira Baptista.*

Promulgado em 7 de Fevereiro de 1974.

Publique-se.

O Presidente da República, AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

**Portaria n.º 119/74**  
de 16 de Fevereiro

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça, que, nos termos do n.º 3 do artigo 71.º do Decreto n.º 314/70, de 8 de Julho, seja aumentado com um lugar de escriturário-dactilógrafo de 1.ª classe o quadro do pessoal auxiliar da Conservatória do Registo Civil de Vila Nova de Ourém.

Ministério da Justiça, 4 de Fevereiro de 1974. — O Ministro da Justiça, *António Maria de Mendonça Lino Neto.*

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

**Decreto-Lei n.º 57/74**  
de 16 de Fevereiro

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único — 1. Fica autorizado o Ministro das Finanças a conceder ao Fundo de Renovação e de Apetrechamento da Indústria da Pesca, mediante contrato a celebrar pela Direcção-Geral da Fazenda Pública, um empréstimo global de 88 703 944\$80,